

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A., referente ao semestre findo em 30 de junho de 2011, bem como o relatório parecer dos auditores independentes.
Em 30 de junho de 2011, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 51.944 mil. Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, esta administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção desses títulos nesta categoria.
Destacamos, a seguir, um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, cuja íntegra encontra-se disponível no site www.bancopaulista.com.br.
A. Risco Operacional - A Resolução nº 3.380 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Conforme permissão expressa contida no artigo 7º, da referida resolução, o Banco Paulista, instituição líder do Conglomerado formado pelo Banco e pela Socopa Corretora, decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento de Risco Operacional no Banco, compatível com

a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas das instituições integrantes do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco operacional do Conglomerado é suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco operacional têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco Operacional) e de metodologias para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional, assim como coletar e tratar as perdas operacionais. As informações de Risco Operacional e suas perdas são integradas em única base de dados, gerando informações precisas a respeito dos eventos de risco operacional. Tais informações, depois de devidamente tratadas e avaliadas pelos gestores de cada área, servem de base para elaboração de planos de ação de mitigação de riscos para serem submetidos à aprovação do Comitê de Gerenciamento de Riscos, integrado por diretores estatutários do Conglomerado.
B. Risco de Mercado - A Resolução nº 3.464 define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O Banco Paulista também decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento do Risco de Mercado do Conglomerado no Banco, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado das instituições

integrantes do Conglomerado. Os assuntos relativos ao Risco de Mercado, assim como ocorre com os de Risco Operacional, são discutidos e decididos no Comitê de Gerenciamento de Riscos e atende as definições de políticas e limites definidos pelo Comitê de Planejamento Estratégico, integrado por diretores estatutários do Conglomerado. Estas definições condizem com as melhores práticas de Gerenciamento de Riscos utilizadas pelo mercado e estão em consonância com o perfil operacional do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco de mercado do Conglomerado é também suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco de mercado têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco V@R) e de metodologias para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, incluindo todas as fontes relevantes de risco de mercado e gerar relatórios tempestivos para a diretoria do Conglomerado. Este trabalho é periodicamente revisado com intuito de atender às melhores práticas.
Agradecemos ao apoio e a confiança dos nossos clientes, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 30 de agosto de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO	1.338.069	1.330.043
Circulante	1.338.069	1.330.043
Disponibilidades	132.256	91.934
Em moeda nacional	58.849	12.912
Em moeda estrangeira	73.447	69.020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	138.867	195.497
Aplicações em mercado aberto	124.531	178.988
Aplicações no depósitos interfinanceiros	14.336	16.509
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	335.146	308.620
Carteira própria	169.600	214.654
Vinculados a operações compromissadas	71.826	215.617
Vinculados ao Banco Central	20.536	20.536
Vinculados à prestação de garantias	71.635	65.873
Instrumentos financeiros derivativos	1.549	2.966
Relações interfinanceiras	83.544	206.081
Pagamentos e recebimentos a liquidar	432	233
Créditos vinculados	26.621	36.372
Correspondentes	56.431	169.476
Operações de crédito	298.833	269.698
Operações de crédito - setor privado	317.726	299.917
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.893)	(30.219)
Outros créditos	343.957	247.701
Carteira de câmbio	306.141	213.403
Rendas a receber	-	113
Negociação e intermediação de valores	-	327
Diversos	38.806	35.462
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.046)	(1.604)
Outros valores e bens	5.426	20.514
Despesas antecipadas	3.240	6.359
Outros valores e bens	14.156	14.156
Realizável a longo prazo	183.685	197.643
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.323	11.370
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.323	11.370
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	51.944	59.931
Carteira própria	51.944	59.931
Operações de crédito	41.946	55.242
Operações de crédito - setor privado	44.598	41.432
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.652)	(6.190)
Outros créditos	73.911	68.732
Diversos	73.911	68.743
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4)	(11)
Outros valores e bens	13.561	2.368
Despesas antecipadas	8.506	2.368
Outros valores e bens	5.055	5.055
Permanente	49.013	46.752
Investimentos	45.604	43.115
Participações em coligadas e controladas no País	44.363	41.274
Outros investimentos	1.241	1.241
Imobilizado de uso	2.929	3.145
Imóveis de uso	957	957
Outros imobilizações de uso	4.805	4.805
(-) Depreciações acumuladas	(2.833)	(2.166)
Diferido	988	988
Gastos de organização e expansão	(988)	(817)
(-) Amortizações acumuladas	480	321
Intangível	623	363
(-) Amortizações acumuladas	(143)	(42)
Total do ativo	1.570.767	1.574.438

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Reservas estatutária	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	107.000	97	2.402	-	109.499	(8.558)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(8.558)	(8.558)
Saldos em 30 de junho de 2010	107.000	97	2.402	-	100.941	(8.558)
Mutações do Semestre	-	-	-	-	(8.558)	(8.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	107.000	97	2.402	-	(8.558)	(8.558)
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000	20.000
Compensações de prejuízos	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	312	-	(312)	-
Lucro do semestre	127.000	-	2.714	-	6.226	127.000
Saldos em 30 de junho de 2011	127.000	-	312	-	6.226	127.000
Mutações do semestre	20.000	-	5.914	-	26.226	26.226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco comercial, tendo como objetivo atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas, crédito direto ao consumidor, consignado, financiamento de veículos e em operações de câmbio (basicamente, em operações de comércio exterior e financeiro).
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores. Como parte das ações estratégicas, os acionistas tomaram a decisão em setembro de 2009 de fechar a outra instituição financeira, com acordo de cooperação. A estrutura que gerava taxa de juro via operações, assim como os respectivos acordos comerciais, foram também cedidos (Nota 9g).
Concomitante com as decisões estratégicas acima mencionadas, um novo plano de negócios que aborda as atividades já existentes bem como a criação de novas linhas de negócio foi preparado pela administração e está em processo de implementação.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração reverte as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Auração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método operacional, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta corrente dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos dos descontos quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos a frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado no resultado.
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados no resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:
• operações de *futuros* - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diretamente como receita ou despesa;
• operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou diferencial, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação dos contratos até a data do balanço;
• operações de *swap* - o direito a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.
As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações negociadas são mantidas, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco passou a utilizar em 2010, a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros - (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não-financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
g) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
h) Imobilizado, diferido e intangível
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da instituição ou exercido com essa finalidade.
Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. para veículos e sistemas de passagem de 10% a.a. para os demais bens.
O ativo diferido é composto por beneficiários em imóveis de terceiros, com amortizações anuais, basicamente, de 24%, conforme prazo do contrato de locação. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem há-sonente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização que propõem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis, pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
m) Despesas antecipadas
Correspondem, em sua maior parte, a valores pagos antecipadamente, relativos às seguintes despesas:
• comissões pagas na contratação de empréstimos e financiamentos, que estão sendo apropriadas ao resultado na rubrica "outras despesas operacionais", pelo mesmo prazo dos contratos que lhes deram origem, ou, integralmente, por ocasião da cessação desses créditos;
• valor pago em função de convênio realizado para cessar de direitos creditórios vencidos - oriundos de operações de empréstimos e financiamentos realizados pelo Banco - referente ao resultado da equalização de preços, calculada considerando o histórico de inadimplência sobre a carteira objeto da cessão, que são apropriadas ao resultado, na rubrica "outras despesas operacionais", na mesma proporção que os créditos sujeitos ao referido convênio atingem os seus respectivos vencimentos.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2011	2010
Vencimento até 90 dias	8.848	5.019
Vencimento de 90 a 360 dias	5.852	11.490
Vencimento acima de 360 dias	2.322	11.370
Total	16.659	27.879

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 732 (R\$ 1.116 em 2010).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2011	2010
Vencimento até 90 dias	8.848	5.019
Vencimento de 90 a 360 dias	5.852	11.490
Vencimento acima de 360 dias	2.322	11.370
Total	16.659	27.879

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da instituição.
A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.
Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2011 e 2010, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

a) Composição em operações compromissadas

	2011	2010
Aplicações no mercado aberto	181	365
Posição bancada:	49.189	75.712
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.787	7.787
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.557	11.557
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.479	37.766
Certificado de Depósito Bancário - CDB	8.053	10.063
Título de Dívida Agrária - TDA	13.313	20.286
Posição financiada:	75.362	102.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	75.362	75.362
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	48.792
Total	124.531	178.988

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 10.607 (R\$ 9.941 em 2010).

8) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Em 30 de junho de 2011 e 2010, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2011	2010
Disponibilidades - em moeda nacional	58.849	12.912
Disponibilidades - em moeda estrangeira	73.447	69.020
Aplicações no mercado aberto	124.531	178.988
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.484	8.484
Caixa e equivalentes de caixa	265.311	260.920

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	2011	2010
Receitas de intermediação financeira	125.636	88.024
Operações de crédito	35.170	30.272
Resultado com títulos e valores mobiliários	97.961	36.197
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	3.662	9.749
Resultado com operações de câmbio	48.843	11.806
Despesa de intermediação financeira	(71.615)	(64.850)
Operações de captações	(51.756)	(39.062)
Operações de empréstimos e repasses	(1.820)	(2.805)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.039)	(22.983)
Resultado bruto de intermediação financeira	54.021	23.170
Outras receitas (despesas) operacionais	(42.626)	(34.800)
Receitas de prestação de serviços	15.853	13.163
Despesas de pessoal	(16.312)	(13.834)
Outras despesas administrativas	(19.842)	(11.805)
Despesas tributárias	(6.651)	(3.705)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.898	424
Outras receitas operacionais	3.779	4.676
Outras despesas operacionais	(30.340)	(23.719)
Resultado operacional	11.395	(11.626)
Resultado não operacional	(2.122)	(2.70)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.273	(14.333)
Imposto de renda e contribuição social	(2.719)	5.775
Provisão para imposto de renda	(4.875)	(1.878)
Provisão para contribuição social	(3.005)	(1.162)
Ativo fiscal diferido	5.161	8.815
Participações estatutárias no lucro	(328)	-
Lucro (prejuízo) no semestre	6.226	(8.558)
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	28,46	(43,06)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido ajustado do semestre	7.868	8.242
Lucro do semestre	6.226	(8.558)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa líquido	1.642	16.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.039	22.983
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.161)	(8.815)
Depreciações e amortizações	51	

...Continuação

Descrição	Valor referencial	Valor patrimonial a receber/(a pagar)	2011	2010
Termo	1,64	(1,25)		
USD x EUR	25,770	(730)		
USD x CAD	964	(79)		
USD x AUD	325	(105)		
USD x GBP	2,355	76		
USD x JPY	656	(90)		
USD x NZD	934	(292)		
Total	52.694	279		

O Banco possui operações de instrumentos financeiros efetuadas no mercado futuro - BM&FBOVESPA, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 30 de junho de 2011, o valor referencial de R\$ 37.704 (R\$ 22.182 em 2010), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 11,4.

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos

Descrição	até		de 3 a		de 6 a		acima de		Total
	3 meses	6 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses		
Contratos de swap	-	3	16	1.510	1.529	-	-	-	2.052
Contratos a termo (NDF)	1.250	-	-	-	-	-	-	-	1.250
A determinação dos valores de mercado é feita por meio de instrumentos financeiros derivativos de base em cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Futuros, NDFs e opções: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as respectivas curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros do BM&FBOVESPA;	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descausamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Margem de garantia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	20.111	20.110	-	-	-	40.221
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	23.182	14.126	-	-	-	37.308
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	20.536	1.652	-	-	-	22.188
Duro	-	-	-	27.917	1.652	-	-	-	29.569
Total	-	-	-	71.635	65.873	-	-	-	137.508

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Futuros	5.206	7.112
Swap	101,73	92,401
Operações a termo - NDF	(1.832)	2.245
Total	3.662	9.749

GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Risco de crédito
O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito da Organização tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação financeira, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito. O Banco segue os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do Banco Central do Brasil.

b) Risco de capital
As instituições financeiras devem manter um patrimônio de referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, sempre superior ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme a Resolução nº 3.490/07 do Banco Central do Brasil. O Banco Paulista S.A. apura seus limites de forma consolidada. O gerenciamento de risco de capital no conglomerado busca aperfeiçoar a relação risco/retorno de forma a minimizar perdas, através de estratégias de negócios bem definidas, procurando maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Básiléia).

c) Risco de mercado
Para o monitoramento do risco de mercado o Banco utiliza o Valor a Risco (VaR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente. Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços de ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas. As premissas utilizadas pelo Banco estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do Banco Central do Brasil.

d) Risco de liquidez
O risco de liquidez é acompanhado pela instituição, visando monitorar quaisquer dificuldades do Banco em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O risco de liquidez é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidezes dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos, de modo a gerar uma análise de liquidez de forma segura e com baixos custos. As premissas utilizadas estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.804/00 do Banco Central do Brasil.

e) Risco operacional
O risco operacional é monitorado de forma a permitir a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como, de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que impossibilitem o exercício das atividades do Banco Paulista. A gestão de risco operacional utiliza uma abordagem quantitativa com ferramentas que permitem o registro do histórico de ocorrências (base de eventos) e qualificação em análise de forma a identificar as ações necessárias para mitigação dos riscos e correção de eventuais deficiências identificadas nas ocorrências. As premissas utilizadas estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/07 do Banco Central do Brasil.

f) OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Em 30 de junho de 2011 e 2010, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	307.988	261.824
Financiamentos de veículos	36.887	80.952
Financiamentos em moeda estrangeira	6.490	909
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.415	10.204
Financiamentos imobiliários	5.544	8.369
Total	362.324	361.349

	2011	2010
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10)	14.033	18.654
Devedores por compra de valores e bens (nota 11)	809	809
Total	14.842	24.824

	2011	2010
Total das operações de crédito	377.166	386.173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.925)	(9.409)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(22.591)	(18.824)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.571	348.149

	2011	2010
Por setor de atividade		
Setor privado	5.089	10.203
Rural	126.187	86.445
Indústria	101,73	80,988
Comércio	909	61,71
Intermediários financeiros	103,184	116,152
Serviços	40,105	86,315
Pessoas físicas	1,311	8,477
Total	377,166	386,173

	2011	2010
Por faixa de vencimento		
Parcelas vencidas	10,667	36,596
Parcelas vencidas até 90 dias	189,349	153,395
até 91 dias a 180 dias	71,320	92,401
de 181 dias a 360 dias	59,483	40,002
acima de 360 dias	50,342	63,609
Total	377,166	386,173

	2011	2010							
d) Composição da carteira por nível de risco									
Nível	Curso normal	Vencidas	Total	Total	2010				
A	28.459	4.499	7.54	11.188	2,90				
B	119,162	124,261	32,55	86,361	22,40				
C	194,711	4,955	199,666	5,294	237,337	61,61			
D	3,074	2,104	5,178	1,37	14,263	3,69			
E	469	3,065	3,475	6,052	14,88				
F	164	2,391	2,555	0,68	3,383	0,88			
G	3,329	635	3,964	1,05	3,986	1,03			
H	1,131	8,477	9,608	21,914	5,68				
Total	351,099	26,067	377,166	100,00	386,173	100,00			

	2011	2010
e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do semestre	19,397	33,647
Constituições líquidas de reversões	18,039	22,963
Baixas de créditos contra prejuízo	(14,841)	(6,626)
Saldo no final do semestre	22,595	38,224

	2011	2010
f) Créditos renegociados e recuperados		
Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2011, totalizam R\$ 7.885 (R\$ 1.504, em 2010).		
Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2011, totalizam R\$ 2.656 (R\$ 3.424, em 2010).		

g) Cessões de crédito
Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, o Banco recomprou operações de crédito, cedidas anteriormente com coobrigação, pelo valor total de R\$ 2.319. Desse montante, R\$ 2.283 foram registradas na rubrica "Operações de crédito" (valor presente dessas operações, calculado com base nas taxas originais de cada contrato recomprado), tendo sido apurada uma perda de R\$ 524, reconhecida contabilmente a débito do resultado.

Conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.696/00 do Conselho Monetário Nacional, o Banco efetuou durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, cessões de créditos já vencidos, sem coobrigações, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R\$ 10.792, para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R\$ 10.792.

Em 30 de junho de 2011, o saldo total de operações de crédito cedidos com coobrigação, registradas em contas de compensação, totaliza R\$ 117.835. Sobre essas operações foi constituída provisão para possíveis perdas, considerando os mesmos critérios da Resolução nº 2.682/99, totalizando R\$ 19.926, registrada na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 17).

	2011	2010
h) Rendas com operações de crédito		
Empréstimos e títulos descontados	28.032	20.140
Financiamentos	1.869	5.861
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47,90	3.424
Financiamentos rurais e agroindustriais	245	319
Financiamentos imobiliários	228	294
Financiamentos de moedas estrangeiras	88	221
Adiantamentos a depositantes	28	13
Total	35.170	30.272

	2011	2010
40 CARTEIRA DE CÂMBIO		
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	117.907	136.906
Direitos sobre venda de câmbio	195.416	83.198
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(7.428)	(7.136)
Rendidas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9a)	746	967
Total	306.141	213.403

	2011	2010
Passivo		
Circulante		
Obrigações em dívida a liquidar	188.632	82.803
Obrigações por compra de câmbio	119.166	137.018
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9a)	(13.787)	(18.219)
Outros	96	367
Total	294.107	201.969

	2011	2010
41 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS		
Circulante		
Impostos a compensar	10.271	5.428
Créditos tributários (nota 25b)	21.647	19.566
Devedores diversos no país	4.944	5.665
Devedores por compra de valores e bens (nota 9a)	700	3.992
Títulos e créditos a receber	729	467
Outros	271	444
Total	38.862	35.462

	2011	2010
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 25b)	62.316	56.366
Devedores por compra de valores e bens (nota 9a)	109	2.178
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	7.285	5.992
Títulos e créditos a receber	4.205	4.205
Total	73.915	68.743

	2011	2010
42 OUTROS VALORES E BENS		
Circulante		
Bens não de uso - veículos	2.896	19.940
Despesas antecipadas	3.240	6.359
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso	(710)	(6.285)
Total	5.426	20.014

	2011	2010
Realizável a longo prazo		
Bens não de uso - veículos	6.849	-
Despesas antecipadas	8.506	2.368
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso	(17.934)	-
Total	13.561	2.368

43 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS
Refer-se, exclusivamente, a participação na controlada SOCOFA - Sociedade Corretora Paulista S.A. As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2011	2010
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Capital social	25,31	25,31
Patrimônio líquido	42,219	40,878
Lucro líquido do semestre	1.888	424
Dividendos propostos	256	999
Porcentual de participação	100%	100%
Saldo do investimento	44,107	41,874
Resultado de equivalência patrimonial	1,888	424

	2011	2010
44 DEPÓSITOS		
À vista	63.863	63.863
Pré-pagos	93.135	2.559
A prazo	190.985	137.133
Outros	38	58
Total	63.921	204.120

	2011	2010
45 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	6.384
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	112.887
Notas do Tesouro Nacional - NTN	71.462	95.183
Total	71.462	214.454

	2011	2010
Carteira de terceiros		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	75.361	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	54.424
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	48.782
Total	75.361	103.216

	2011	2010
46 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		
Empréstimos em andamento		
Obrigações por empréstimos	10.065	16.193
Repasse do país - Instituições eficazes (ii)	54.612	732
Obrigações por repasses	64.677	16.925
Repasse do país - Instituições eficazes (iii)	18.925	3.712
Obrigações por emissões de títulos financeiros	2.589	87.903
Total	212.476	212.476

(i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas. As taxas praticadas foram de 3,33% e 8,00% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado. Estas taxas de juros somente incidem sobre o montante de R\$ 18.099. O saldo remanescente somando a sujeito à variação cambial, pois, refere-se às obrigações por compras de reais, ainda não entregues pelos bancos vendedores.

(ii) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, efetuadas na forma da Resolução nº 3.444, com o acionista majoritário do Banco, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 118,00% do CDI.

	2011	2010
47 OUTRAS OBRIGAÇÕES		
a) Fiscais e previdenciárias		
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	5.110	1.208
Impostos e contribuições sobre os lucros	7.880	3.040
Total	12.990	4.248

	2011	2010
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher	7.208	3.145
Provisão para riscos fiscais (nota 28b)	46.273	46.288
Total	51.471	49.433

	2011	2010
b) Dívidas subordinadas		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos em andamento elegíveis à capital (i)		22,744
(ii) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, efetuadas na forma da Resolução nº 3.444, com o acionista majoritário do Banco, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 118,00% do CDI.		22,744
c) Diversas		
Circulante		
Recebimentos de antecipações de créditos cedidos	10,152	34,061
Provisão para créditos cedidos com coobrigação (nota 9a)	19,276	25,498
Provisões para pagamentos a efetuar	7,934	5,651
Corretagens a creditar - câmbio	1,804	-
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	1,517	1,420
Outros valores a pagar	49,301	74,263
Total	945	1,771
Provisão para pagamentos a efetuar	2,603	1,771
Provisão para passivos contingentes (nota 28b)	3,548	1,771

	2011	2010
48 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
a) Capital Social		
Em 30 de junho de 2011, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é representado por 218.731.760 ações (198.131.760 em 2010) nominativas, sem valor nominal, divididas em 129.365.880 ações ordinárias e 89.365.880 ações preferenciais.		
A Assembleia Geral Extraordinária, de 20 de junho de 2011 aprovou um aumento de capital no montante de R\$ 20.000, passando o capital social do Banco de R\$ 107.000 para R\$ 127.000, mediante emissão de 20.000.000 de ações nominativas, divididas em 10.000.000 ações ordinárias e 10.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, que foram subscritas e integralizadas pelos acionistas do Banco Paulista na mesma proporção de suas participações acionárias. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 5 de julho de 2011.		
b) Distribuição de dividendos		
O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.		
c) Prejuízos acumulados		
No semestre findo em 30 de junho de 2011 o Banco registrou lucro contábil de R\$ 226,62 (prejuízo de R\$ 8.558 em 2010). Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devam ser destinados, com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.		
d) Reserva legal		
O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.		</

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, bem como o respectivo parecer dos auditores independentes. A estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado e Operacional da Instituição líder do Conglomerado - Banco Paulista S.A. - inclui as operações realizadas pela Socopa Corretora. A descrição completa dessa estrutura encontra-se disponível no site www.banccpaulista.com.br. Agradecemos ao apoio e a confiança dos nossos clientes, funcionários e colaboradores. São Paulo, 30 de agosto de 2011 - **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	213.375	111.447
Disponibilidades	213.375	111.447
Aplicações interfinanceiras de liquidez	42.943	58.538
Aplicações em operações compromissadas	42.943	8.330
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.943	48.208
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	27.836	25.065
Carteira própria	6.367	5.821
Vinculados à prestação de garantias	21.302	19.184
Outros créditos	141.996	27.418
Rendas a receber	1.039	657
Negociação e intermediação de valores	134.302	21.880
Diversos	6.337	6.040
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(282)	(459)
Outros valores e bens	99	45
Despesas antecipadas	99	45
Realizável a longo prazo	5.776	6.252
Outros créditos	5.776	6.252
Diversos	5.776	6.252
Permanente	2.652	2.702
Investimentos	49	49
Imobilizado de uso	1.473	1.531
Diferido	1.130	189
Intangível	1.130	933
Total do ativo	221.803	120.401

PASSIVO

	2011	2010
Circulante	174.820	71.909
Outras obrigações	174.820	71.909
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7	7
Sociais e estatutárias	256	999
Fiscais e previdenciárias	6.903	958
Negociação e intermediação de valores	165.193	67.322
Diversas	2.461	2.625
Exigível a longo prazo	2.876	7.617
Outras obrigações	2.876	7.617
Fiscais e previdenciárias	2.226	7.003
Diversas	650	614
Patrimônio líquido	44.107	40.875
Capital social	25.531	25.531
Reserva de capital	569	569
Reservas de lucros	18.007	14.775
Total do passivo	221.803	120.401

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e no mercado de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.402/76, alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09 e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajustes dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apreciação do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pré-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intencionalidade da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem alhva e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado de valorização ou desvalorização reportado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são avaliados, dentre outros fins, para resgate, garantias e cobertura de riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: o valor dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, com o propósito de valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Realização do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é composto por beneficiárias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais, basicamente de 24%, conforme prazo do contrato de locação. A partir de 30 de setembro de 2010, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação de contratos, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a partilha dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. As regras contábeis vigentes não admitem a permanência de ativos em caixa até o vencimento. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução de valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução de valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas exclusões e inclusões permanentes e temporárias, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização do ativo reversão dos resultados provisórias pelas quais foram constituídas as tais provisões nas demonstrações atuais e consolidadas e os estudos técnicos e análises da administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- **Contingências ativas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto créditos tributários, quando evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais dúvidas.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas passíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em estádio sendo contestadas e legalizadas e a constitucionalidade de tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2011 e 2010, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2011	2010
Disponibilidades	201	381
Aplicações em operações compromissadas	42.943	8.330
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.943	48.208
Caixa e equivalentes de caixa	43.444	48.837

5. PLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2011	2010
Re vendas a liquidar - Posição bancada	-	8.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	6.330
Total	-	14.660

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 9 (R\$ 579 em 2010).

Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2011	2010
Ligadas	42.943	50.208
Total	42.943	50.208

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 2.652 (R\$ 2.372 em 2010).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2011	2010		
Carteira própria	Custo (i)	6.367	Custo	5.821
Títulos para negociação	6.415	6.227	5.704	5.701
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	113	140	-	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	98	120
Certificado de Produtor Rural - CPR	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	21.784	21.469	19.262	19.244
Títulos para negociação	21.784	21.469	19.262	19.244
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	21.784	21.469	19.262	19.244
Total	28.203	27.836	25.064	25.065

(i) Retornem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais. As ações em Cia abertas, por meio de cotação em bolsas. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2011	2010		
Letras do Tesouro Nacional - CTFP S.A. - Balanço Organizacional de Ativos e Derivativos	-	5.227	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	21.469	21.469
Ações de Companhias Abertas	140	-	-	140
Certificado de Produtor Rural - CPR	-	-	-	-
Total	-	-	27.696	27.836

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados no CETIP S.A. - Balanço Organizacional de Ativos e Derivativos.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado das operações com Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 1.496 (R\$ 938 em 2010).

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Corretora, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da instituição.

Em 30 de junho de 2011, a Corretora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos (RS 2 era o saldo registrado no ativo em 2010 na conta de instrumentos financeiros derivativos).

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foi apurado um resultado positivo de R\$ 355 (RS 34 negativo em 2010), decorrente das operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Conglomerado Financeiro tem por objetivo a segurança, liquidez e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de sujeita ao risco de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito. O Conglomerado Financeiro segue os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do Banco Central do Brasil.

b) Risco de capital

As instituições financeiras devem manter um patrimônio de referência (PR) compatível com os riscos

de suas atividades, sempre superior ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme Resolução nº 3.490/07 do Banco Central do Brasil. A Corretora, apura seus limites de forma Consolidada. O gerenciamento de risco de capital no Conglomerado Financeiro busca otimizar a relação risco/retorno de forma a minimizar perdas, através de estratégias de negócios bem definidas, procurando maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Bastléia).

c) Risco de mercado

Para o monitoramento do risco de mercado o Conglomerado Financeiro utiliza o Valor a Risco (VGR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do Conglomerado em situações de mercado consideradas atípicas. As premissas utilizadas pelo Conglomerado, estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do Banco Central do Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é acompanhado pela instituição, visando monitorar quaisquer dificuldades do Conglomerado em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

O risco de liquidez é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos, de modo a gerenciar a sua liquidez de forma segura e com baixos custos.

As projeções de liquidez estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.804/00 do Banco Central do Brasil.

e) Risco operacional

O risco operacional é monitorado de forma a permitir a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como, de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades da Corretora.

A gestão de risco operacional utiliza uma abordagem quantitativa com ferramentas que permitem o registro do risco de ocorrência (base de eventos) e qualitativa com a análise dos eventos de forma a identificar as ações necessárias para mitigação dos riscos e correção de eventuais deficiências identificadas nas ocorrências. As premissas utilizadas estão aderentes com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/07 do Banco Central do Brasil.

8. OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	2011	2010
Outros	6.903	958
Total	6.903	958

b) Diversos

	2011	2010
Impostos e contribuições a compensar	5.190	3.937
Adequamento para pagamento de nossa conta	568	1.422
Títulos e valores mobiliários	376	238
Créditos tributários (vide Nota 15 (b))	113	183
Outros	90	160
Total	6.337	6.040

Realizável a longo prazo

	2011	2010
Devedores por depósitos em garantia	1.050	1.825
Títulos e valores mobiliários	2.629	2.707
Créditos tributários (vide Nota 15 (b))	2.097	1.720
Total	5.776	6.252

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.

c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

No semestre findo em 30 de junho de 2011 e 2010, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresenta as seguintes movimentações:

	2011	2010
Saldo inicial	338	746
Reversão/liquidação para prejuízo	(113)	(402)
Constituição	57	115
Total	282	459

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2011	2010
Circulante	6.132	958
Impostos e contribuições a recolher	771	625
Impostos e contribuições sobre os lucros	693	333
Exigível a longo prazo	2.226	7.003
Provisão para riscos fiscais (vide Nota 19 (b))	2.226	7.003
Diversos	9.229	7.961

b) Diversas

	2011	2010
Circulante	915	950
Outras despesas administrativas	592	866
Comissões a pagar sobre operações de câmbio	834	692
Despesas de pessoal	715	777
Honorários advocatícios a pagar	45	49
Outros	45	49
Total	2.461	2.625

Exigível a longo prazo

	2011	2010
Honorários advocatícios a pagar	608	572
Provisões para passivos contingentes (vide nota 19 (b))	42	42
Total	3.111	3.239

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas exclusões e inclusões permanentes e temporárias, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

b) Distribuição de dividendos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização do ativo reversão dos resultados provisórias pelas quais foram constituídas as tais provisões nas demonstrações atuais e consolidadas e os estudos técnicos e análises da administração.

c) Reservas legais

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização do ativo reversão dos resultados provisórias pelas quais foram constituídas as tais provisões nas demonstrações atuais e consolidadas e os estudos técnicos e análises da administração.

d) Reserva legal

A Corretora deve constituir 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital registrado.

11. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2011	2010
Corretagens em operações em bolsas	19.826	21.921
Corretagens em operações de câmbio	3.718	3.378
Administração de fundos de investimento	2.455	2.047
Corretagens de câmbio	2.277	1.959
Outros serviços	338	276
Total	28.614	29.681

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Serviços do sistema financeiro	11.771	12.347
Processamento de dados	3.060	4.423
Serviços técnicos especializados	4.126	3.085
Propaganda e publicidade	685	911
Comunicações	849	796
Outras	2.244	1.750
Total	22.811	23.912

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Provisão para riscos fiscais	887	92
Recuperação de créditos provisionados para prejuízo	82	92
Recuperação de encargos e despesas	97	121
Encargos sobre saldos devedores de clientes	115	106
Variações e correções sobre os lucros	180	93
Atualizações de depósitos judiciais	21	69
Dividendos e juros sobre capital	21	60
Atualização de títulos e créditos a receber	41	61
Outras	100	100
Total	1.564	602

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Amortizações e depreciações	418	406
Atualizações monetárias de impostos	271	279
Outras	131	253
Total	820	938

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido